Exemplo de Prova

Responda às questões que se seguem. A resposta a cada questão não deverá exceder a duas páginas. Cada questão vale 20 pontos.

Questão 1

Leia o texto abaixo para responder à questão.

"Rio Branco não foi um teórico que, para argumentar, explicitava correntes de pensamento então vigentes. Embora não se conheçam evidências a respeito de quais autores da época teriam exercido influência sobre o chanceler, não há dúvida de que tinha atitudes de um geopolítico. Homem de ação e pragmático, enfrentava os problemas ou os atalhava. Buscou sempre a prática de uma política de cordialidade e criação de relações de simpatia, mas não à custa de concessões... Rio Branco, ao ler com realismo tanto o contexto interno quanto externo, defendeu, com simetria de argumentos (sobretudo no que dizia respeito às relações comerciais com a Argentina), a política alfandegária vigente."
BUENO, Clodoaldo, *Política Externa da Primeira República: os anos do apogeu – de 1902 a 1918*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p.483.

Com base no texto, estabeleça as relações da política externa conduzida por Rio Branco com os seguintes elementos:

a) a política alfandegária da época;
b) as relações com a Argentina na fase Rio Branco;
c) as correntes de pensamento em política exterior no Brasil da época.

Grace Tanno (18/20)

Rubens Ricúpero, em "Visões do Brasil", salienta que a política externa conduzida pelo Barão do Rio Branco (1902-1912) pode ser melhor assimilada pelos eixos da simetria e assimetria. A assimetria manifestava-se, sobretudo, entre as relações Brasil-Estados Unidos, que, na virada do século, já despontava como potência mundial. Por sua vez, a simetria era a tônica das relações brasileiras com o contexto regional; em especial aquele construído com a Argentina.

Todavia, ao analisar a política externa do Barão revela-se que a assimetria com os Estados Unidos não engendrou política de submissão, mas, sim, de uma aliança tácita, em que prevaleceu o respeito mútuo, baseada na clara consciência da disparidade de poder entre os dois atores. Assim, se por um lado o Barão do Rio Branco não contestou o poder norte-americano sobre o continente sul-americano – como evidenciou-se no conhecido caso da Venezuela, em que o não-pagamento das dívidas suscitou ameaça de intervenção militar européia e os Estados Unidos intervieram, demonstrando a aplicação da Doutrina Monroe (1823) "América para os americanos" -; por outro lado, o Barão empenhou-se para rever o acordo tarifário assinado com os Estados Unidos em 1891. Por meio deste, as importações americanas do açúcar brasileiro ficavam isentas de impostos. Na prática, no entanto, o açúcar brasileiro sofria, no mercado americano, forte concorrência daquele produzido no Caribe. O Barão do Rio Branco reconhecia que, diante de tal assimetria de poder, a revisão

do acordo não suscitaria mudança de comportamento do governo americano. Sua avaliação era, portanto, marcada pelo realismo.

No que diz respeito às relações com a Argentina, prevaleceu, durante o mandato do Barão, a rivalidade. Rivalidade histórica, como se pode constatar na Guerra da Cisplatina (1925-28), no conflito contra Rosas e Oribe em 1850 e só arrefecida durante a Guerra do Paraguai (1865-70) e nas felicitações argentinas pela Proclamação da República no Brasil. A livre navegação nos rios da Bacia do Prata constituiu, sempre, o tema principal na agenda Brasil-Argentina. Ademais, era preciso garantir controle hegemônico sobre a região, que dependia sobretudo das posições dos estados mais fracos: Uruguai e Paraguai. A rivalidade com a Argentina estendia-se, também, à esfera econômica – especialmente no que respeita aos investimentos estrangeiros. Havia, nesse contexto, uma clara corrida armamentista e animosidade entre as nações. Ressalte-se a encomenda, pelo governo brasileiro, de três encouraçados (Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo) e o apoio irrestrito do Barão do Rio Branco ao Marechal Hermes da Fonseca, contra a campanha civilista de Rui Barbosa. No entendimento do Ministro, somente um governo militar daria continuidade e valor necessários À disputa militar com a Argentina. Nota-se, também, o caso do telegrama cifrado nº 9, enviado do Brasil à sua Missão diplomática em Buenos Aires. O governo argentino publicou o conteúdo do telegrama como sendo ofensivo à Argentina. Faz-se necessário apontar que a rivalidade Brasil-Argentina foi conduzida pelo Barão com notável moderação. Daí sua proposta de firmar o Pacto ABC (Argentina, Brasil e Chile), de forma a manter a animosidade dentro de uma esfera de legalidade e relações cordiais.

Em relação às correntes de pensamento em política exterior no Brasil da época, a política de Rio Branco chocava-se com a proposta de "latinização", feita por Oliveira Lima. Este considerava excessivo o "americanismo" do Barão do Rio Branco e aproximava-se, assim, do projeto proposto por Simon Bolívar no Congresso do Panamá (1826). Realista convicto, o Barão sabia das dificuldades e ilusões de opor-se à Doutrina Monroe, à época seguida pelo Corolário Roosevelt. O realismo político foi, portanto, predominante na sua estratégia de inserção do Brasil. Dos discursos do Barão depreende-se, até mesmo, certo darwinismo social, ao postular que o destino dos estados fracos era desaparecer. O realismo guiou, assim, a "assimetria e simetria" conduzidas pelo Barão.

Questão 2

Eric Hobsbawn cunhou o termo "Era das revoluções" para designar o movimento de transformações sócio-econômicas e também políticas que varreu as sociedades européias na segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX. Apresente este quadro de transformações profundas, apontando dois desses movimentos mais significativos.

Ciro Leal Martins da Cunha (18/20)

A "Era das revoluções", na feliz expressão do Eric J. Hobsbawn, compreende, segundo esse autor, o período de 1789 a 1848. Esse período é revolucionário porque marca o rompimento com o mundo feudal e forma as bases para a ascensão do capitalismo e da sociedade burguesa; criam-se, nesse ínterim, os fundamentos do modo de produção e das relações políticas que se tornariam hegemônicas. As revoluções mais significativas do período são a Revolução Francesa e a Revolução Industrial.



A Revolução Industrial foi um fenômeno inglês – e somente poderia ter ocorrido na Inglaterra. Havia lá um conjunto de fatores sociais, políticos e econômicos agrupados de forma singular que explica essa afirmação. O feudalismo inglês, que sempre fora sui generis, *era, já em meados do século XVIII, uma realidade enfraquecida. Em primeiro lugar, a prática dos cercamentos (*enclosures*) das terras comunais e conseqüente expulsão dos agricultores pobres encontrava-se em avançada marcha. No lugar dos camponeses, passou-se a utilizar os campos para produção lanífera que alimentava as fiações. Houve grande concentração de terras e, ao mesmo tempo, os proprietários agiam de forma mais empresarial, enxergando suas terras mais como meio de produção que como símbolo de poder; o lucro era seu objetivo. Dessa forma, liberou-se enorme contingente que serviria como mão-de-obra nas fábricas.*

Politicamente, desde o final do século XVII, a Inglaterra havia rompido com o absolutismo; na verdade, a Revolução Gloriosa é o ponto culminante do processo de redução do poder do monarca que se observa desde o século XIII, com a "Magna Carta". Dessa maneira, o poder político era acessível àquela classe de empresários rurais, bem como à nascente burguesia.

Combinados esses fatores à posse britânica de colônias que lhe forneceriam mercados consumidores e máterias-primas, realizou-se a gradual Revolução Industrial: por meio de técnicas não muito elaboradas a princípio, a produção de bens – especialmente, tecidos de algodão – elevou-se a níveis jamais vistos anteriormente. Ao mesmo tempo, as relações entre patrões e empregados davam-se em bases monetárias, não pessoais, fundamentalmente. Possibilitou-se enorme quantidade de lucros aliada à produção a reduzidos custos, que invadiria mercados no mundo todo.

A Revolução Francesa insere-se no conjunto de revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX e se destaca, primeiro, por ter irradiado seus princípios e idéias a vários outros lugares e, segundo, por ter ocorrido no Estado mais populoso e, até então, poderoso da Europa.

A situação política francesa à época não condizia mais com a estrutura social, marcada pela ascensão econômica da classe média (burguesia) e por sua incompatibilidade com as estruturas de origem feudal – corporações de ofício, servidão, tributos senhoriais, privilégios de nascimento, condenação da usura e, principalmente, o absolutismo real que sustentava tudo isso. Os crescentes endividamento do estado e inflação, aprofundados pelo envolvimento francês na Guerra dos Sete Anos e na Independência Americana, somaram-se à incapacidade reformadora do Antigo Regime francês e às más colheitas de 1787 e 1788 para gerarem a ascensão da burguesia francesa ao poder mediante grandes agitações populares a após alguns períodos de profunda radicalização (como o período do "Terror", sob o comando de Robespierre). Além de impressionante e influente "per se", a Revolução Francesa "exportou" a mudança mediante invasões e guerras, especialmente no período napoleônico.

A Revolução Francesa criou grande parte do vocabulário político moderno (e. g., a própria palavra "revolução" em seu sentido moderno) e influenciou o mundo ocidental com seus princípios de corte iluminista – "liberdade, igualdade e fraternidade" – e mesmo com o formato que deveria ter uma revolução. Ainda, a idéia de nacionalismo fortaleceu-se com a revolução em exame e influenciou, de forma profunda, a Europa nos séculos XIX e XX. Por fim, gerou o enorme medo das sublevações populares e a idéia de Restauração, posta em prática a partir de 1815 após o Congresso de Viena.

Tanto a Revolução Francesa, expressão maior das revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX na Europa, quanto a Revolução Industrial forneceram à Europa ocidental e central o instrumental político, econômico e social com base no qual o modo capitalista de

produção que se tornaria hegemônico mundialmente. A possibilidade de produção barata e quase ilimitada, fundada em relações monetárias e sustentada por regimes em que, em princípio, a classe dinâmica – burguesia - era hegemônica e por meio dos quais impunha seus valores – liberdade, sacralização da propriedade, meritocracia, supremacia do mercado etc.- , tudo isso conformaria a Europa do século XIX e, a partir dela, o mundo quase todo.

Questão 3

O Brasil desenvolveu, ao longo do século XX, uma forma própria de promover sua inserção internacional. Para alguns, essa inserção foi feita de forma linear e contínua, sem rupturas na política exterior do País. Para outros, muito embora perceba-se uma tendência à continuidade em política exterior, houve certos modelos de ação externa que preponderaram em períodos diversos. Acompanhando a segunda tradição, indique os elementos definidos e tempo histórico dos seguintes modelos de inserção internacional do Brasil:

a) o modelo da agroexportação;
b) o modelo do nacional-desenvolvimentismo.

Thiago Bonfada de Carvalho (19/20)

Para os autores que defendem a existência de rupturas significativas na história da política exterior brasileira, esta pode ser dividida, em grandes linhas, em três (ou quatro) grandes períodos: o do reconhecimento da independência, o do modelo agroexportador, o do modelo nacional-desenvolvimentista. Dentro deste último, teriam havido momentos em que teria vigorado um projeto liberal-associado. A questão da definição de três ou quatro grandes períodos depende do julgamento feito em relação à política exterior brasileira da década de 1990.

No primeiro período, o problema diplomático básico era obter rapidamente o reconhecimento da independência pelas grandes potências. Para tanto, o Brasil assinou diversos tratados desvantajosos, em especial a aprovação do Tratado Comercial firmado por D. João VI com a Inglaterra. Apenas quando esses tratados chegaram a seu termo, no final da década de 1840, pôde o país ampliar seu campo de ação externa.

O segundo período, portanto, pode ser considerado como iniciando por volta de 1850, ainda que seu período mais característico seja o da República Velha, 1889-1930. Neste período, o Brasil seguiu uma política de especialização em suas vantagens comparativas agrícolas, com a conseqüente posição geral de abertura à importação. Assim – considerando as guerras platinas do Império com motivadas por fatores geopolíticos, mais que por fatores econômicos-comerciais – a política externa brasileira manteve um curso de ação compatível com esta determinação: busca de abertura comercial para produtos brasileiros (café, borracha, açúcar); ações de defesa da política de valorização do café; e ações integradas à política financeira do governo, com a negociação de empréstimos e a defesa da política cambial. Neste contexto está a transição ao alinhamento americano, ao tornar-se este país o maior consumidor de café.

Enquanto no modelo agroexportador inexistia um objetivo nacional específico a atingir (à exceção da política de hegemonia platina), este passou a ser o caráter definidor do "nacional-desenvolvimentismo", em que à política externa foi colocado, sob bases nacionalistas, ainda que pragmáticas, o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do Brasil. Iniciado em 1930, teria três momentos característicos: os dois governos Vargas, o

período da Política Externa Independente (PEI), e os governos militares a partir de Costa e Silva.

Embora o elemento básico seja a busca do desenvolvimento, esta é uma característica abrangente para definirmos o nacional-desenvolvimentismo unicamente por ela. Assim, a maioria dos autores identifica a política externa e o governo nacional-desenvolvimentista via o meio escolhido para alcançar o desenvolvimento: a industrialização por substituição de importações, capitaneada e defendida pelo Estado. O capital estrangeiro deve ficar "sob controle", embora o que cada um dos atores considere um "controle" suficiente para entrar na definição varie muito.

Segundo autores como Amado Cervo, houve período em que as características do "nacional-desenvolvimentismo" não foram hegemônicas: os governos Dutra, Café Filho e Castello Branco, e também o de Juscelino Kubitschek, embora este por outros motivos. Os três primeiros são desclassificados pela abertura ao capital externo e desregulamentação de sua atividade, o que configuraria um modelo "liberal-associado" de desenvolvimento. Enquanto o nacional-desenvolvimentismo seria pragmático, universalista, e buscaria o desenvolvimento a partir de bases nacionais, o modelo "liberal-associado" buscaria a parceria do capital estrangeiro e alinhamento automáticos. O governo JK seria sui generis, *aliando os dois modelos: ao mesmo tempo que chamava o capital estrangeiro, era capaz de, por exemplo, romper com o FMI.*

Há controvérsia quanto ao final (ou não) do nacional-desenvolvimentismo, à luz da abertura comercial e reinserção no mercado mundial do Brasil na década de 1990. Há autores, como Klaus-Wilhelm Lege, que defendem que se trata apenas de uma atualização do nacional-desenvolvimentismo às novas condições do comércio internacional. Já a maioria dos estudiosos, como Amado Cervo, defende que os governos Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique romperam com o nacional-desenvolvimentismo, constituindo um predomínio do modelo liberal-associado.

Questão 4

"Um rei absoluto realiza, preside, tutela a nação em emergência, podando, repelindo e absorvendo o impulso liberal, associado à fazenda e às unidades locais de poder."
FAORO, Raymundo. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. Vol. 1. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 246.

A afirmação de Raymundo Faoro em seu clássico "Os donos do poder" aponta para a peculiaridade do processo de independência da colônia brasileira. Comente a passagem, considerando os seguintes aspectos:

a) a conjuntura internacional e suas relações com esta peculiaridade do processo de emancipação política, no caso brasileiro.

b) esta peculiaridade frente aos movimentos de independência da América hispânica.

Ciro Leal Martins da Cunha (20/20)

Em "Os donos do poder", Raymundo Faoro encontra as raízes do Estado brasileiro independente no Estado patrimonialista português. Conforme o autor, o Estado brasileiro seria um espécie de transposição de Portugal à antiga colônia; no novo Estado independente, ter-se-ia mantido a estrutura patrimonialista, na qual o público se confunde com o privado e o Estado impede o desenvolvimento autônomo das forças socioeconômicas, reprimindo-as e



sugando-as para dentro de si. Como em Portugal, onde a Coroa se imiscuía nas atividades econômicas em geral – pois a soberania se confundia com a propriedade -, o Estado brasileiro pairava sobre a sociedade com interesses autônomos e, ao mesmo tempo, encampava alguns dos objetivos daquela e reprimia tentativas de libertação desse jugo.

A transferência do Estado português ao que se tornaria o Brasil efetiva-se em 1808, com a transferência da família real e de sua corte para o Rio de Janeiro. Tal fato se dá no contexto das guerras napoleônicas na Europa: na iminência da invasão de Portugal pela França, a família real e sua corte, sendo Portugal tradicional aliado inglês, foge para o Rio de Janeiro sob a proteção inglesa. O Brasil torna-se, assim, sede do reino e tem sua situação colonial extinta "de facto", uma vez que o exclusivo colonial cessa com a abertura dos portos às nações amigas.

A continuidade do Estado português no brasileiro reforça-se com a Independência em 1822: sob a liderança de D. Pedro, herdeiro da Coroa portuguesa, consegue-se aglutinar um movimento emancipacionista que mantivesse a unidade territorial da América portuguesa e, naquele momento, superasse os diferentes projetos para a antiga colônia.

Novamente, as forças externas contribuíram para os eventos no Brasil: o projeto de unidade imperial seria, em grande medida, uma resposta às insistentes pressões inglesas pelo fim do tráfico de escravos. Economicamente escravista por excelência, a economia brasileira necessitava de um Estado forte e centralizado o suficiente para resistir à insistência britânica, que remonta a 1807.

Outra explicação par a manutenção da unidade territorial brasileira, que não exclui a anterior, é a de José Murilo de Carvalho – que, aliás, assemelha-se à idéia de "estamento burocrático" presente em Faoro. Conforme o autor, a homogeneidade das elites burocráticas brasileiras – formadas na tradição jurídica de Coimbra e, depois, de Olinda/Recife e do Largo São Francisco – contribuiu decisivamente à unidade territorial e à construção da ordem.

Como na passagem proposta, o Estado brasileiro podou, repeliu e absorveu impulsos liberais das fazendas e dos poderes locais. A repressão expressa-se, principalmente, no episódio da Confederação do Equador, durante o qual houve proposta separatista de porções do Nordeste e do Norte: as forças imperiais repeliram o movimento à força. A absorção, por sua vez, deu-se por meio das relações entre a corte e as elites ao entorno da capital-especialmente, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais: houve casamentos entre as famílias, distribuição farta de honrarias monárquicas e concessões econômicas por parte do governo central. Ainda, podou-se o impulso liberal por meio da adoção de idéias liberais de forma deturpada na Constituição de 1824, outorgada e mantenedora da ordem escravista e geradora do voto censitário e do Poder Moderador.

A construção do Estado brasileiro, em sua independência, difere das independências da América espanhola. Primeiro, as reformas bourbônicas – anteriores à invasão francesa da Espanha – indispuseram as elites americanas às peninsulares, uma vez que os controles foram acirrados e a burocracia discriminava os colonos. Em seguida, a invasão da Espanha por Napoleão não gerou a transferência da família real espanhola para a América, mas sua articulação na forma de governo paralelo ao de Madri. A partir dessa situação, a que se somava o interesse britânico pelo livre comércio com a América espanhola em um contexto de "bloqueio continental" por Napoleão, as elites hispano-americanas foram-se movimentando na direção da independência, muitas vezes em nome do rei espanhol deposto. Outra razão para a posterior fragmentação da América espanhola foi a ausência de dependência em relação à importação de escravos; no mesmo sentido, a existência de universidades espalhadas pela América espanhola não forneceu a homogeneidade e os laços pessoais entre as elites das várias localidades, como se dava no Brasil.

Assim, as independências hispano-americanas diferem fundamentalmente daquela observada no Brasil: basearam-se no desaparecimento da metrópole, não em sua transposição e simbiose com as elites locais; decorreram da afirmação e da luta de caudilhos e elites urbanas que acabaram por fragmentar a América espanhola em uma miríade de Estados politicamente instáveis por muito tempo.

Questão 5

"Mas, em princípio, pode-se dizer que, no que dizia respeito ao Ocidente durante os séculos XIX e XX, fora feita a suposição de que o Oriente e tudo o que nele havia, se não fosse patentemente inferior ao Ocidente, estava pelo menos precisando que este fizesse um estudo corretivo a seu respeito. O Oriente era visto como que delimitado pela sala de aula, pelo tribunal, a prisão, o manual ilustrado. O orientalismo, portanto, é um conhecimento do Oriente que põe as coisas orientais na sala de aula, no tribunal, prisão ou manual para ser examinado, estudado, julgado, disciplinado ou governado."
SAID, Edward W. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 51.

Segundo as afirmações de Edward Said, o Orientalismo, como forma específica de produção de um conhecimento sobre territórios extra-europeus, foi de fundamental importância para o processo de expansão européia do século XIX. Comente a passagem ressaltando os seguintes aspectos:

a) as condições culturais para um empreendimento expansionista nas proporções do que foi realizado na segunda metade do século XIX.

b) as conseqüências políticas dessa expansão para uma redefinição da geopolítica européia na segunda metade do século XIX.

Andrea Giovannetti (19/20)

Talvez a chave para compreendermos as relações entre o Orientalismo, como o define Edward Said, e o gigantesco empreendimento expansionista europeu da Segunda metade do século XIX esteja mesmo ligada à noção de produção de conhecimento. A idéia de produção de conhecimento como disciplina organizada em oposição a saberes é uma idéia bastante cara, ou melhor, central do pensamento de Michel Foucault que, como sabemos, influenciou os trabalhos de Said. Esta noção refere-se ao tipo de lógica que fundamenta o positivismo de Comte e que se espraiou por toda a Europa e para além dela. Trata-se de um raciocínio utilitarista em seus desdobramento mais cotidianos que transforma o saber sobre o outro em conhecimento para dominação, não só em termos políticos internacionais, mas até em micropolítica, na medida em que, como diz o renomado estudioso do Oriente Médio, a sala de aula, o tribunal e a prisão assumem feições disciplinares dos comportamentos. Neste sentido, uma míriade de conhecimentos culturais compõe a episteme que permite e engendra o expansionismo europeu. Contam-se entre eles as teorias do filósofo Herbert Spencer que interpretando C. Darwin, avança o conceito social de sobrevivência do mais forte ou apto; a frenologia de Lombroso, que julgava poder determinar características de personalidade – por si só um conceito que receberia duro golpe do freudismo – através de medições da caixa craniana; os teste de inteligência dos franceses Binet e Simon, responsáveis pela divisão dos

indivíduos em normais ou retardados quantitativamente em todo o mundo civilizado; os achados arqueológicos que chegarão ao cúmulo de permitir uma interpretação nazista de que os alemães deram origem aos povos helênicos. Todos esses desenvolvimento da Ciência e da Filosofia em tempos positivistas abriram espaço para transformar o outro em objeto de estudo e, como tal, em objeto exótico diferente do sujeito perscrutante. Em resumo, avolumava-se uma onda eugênica, nacional-romântica, sem fissuras, muito fértil para ideologias de dominação prática de um Cecil Rhodes, em sua ambição de conquistar estrelas e planetas, fosse nas formulações teóricas de Friedrich Ratzel.

O empreendimento geopolítico resultante dividiu África, Ásia e Oceania em zonas de efetiva neocolonização européia, implicando ocupações e uso instrumental da violência a serviço de interesses econômicos das burguesias, como bem observa H. Arendt. Ou também o imperialismo em que zonas mais desfavorecidas economicamente e fracas politicamente são submetidas, mesmo que sem ocupação. Foi o que ocorreu com a América Central pelos americanos ou mesmo o Japão, que teve seus portos abertos à ameaça de canhão pelos EUA. Neste panorama um país que se industrializou e se unificou tardiamente como a Alemanha – e a Itália também – ficou para trás na corrida colonialista por territórios, sobrando-lhe além da Namíbia e Tanzânia, mera disputa pelo Marrocos. O equilíbrio europeu de Metternich rompeu-se definitivamente com a queda de Bismarck em 1862, quando o expansionismo alemão começa a caracterizar-se como realmente problemático para as duas maiores potências européias, Inglaterra e França. O confronto por "espaço vital" fica armado para o incremento de hostilidades que culminarão na I Guerra Mundial.